

Uma ex-colônia portuguesa em xeque: a política externa do Brasil no alvorecer da descolonização em Angola

TIAGO JOÃO JOSÉ ALVES*

Resumo: No presente artigo, problematizo os debates ocorridos no seio da diplomacia brasileira a respeito da reaproximação do Brasil com a África e os caminhos dados no estreitamento desses laços. Dou ênfase nos debates sobre a política africana do Brasil, levando em consideração o início das guerras em Angola, nos respectivos governos de Jânio Quadros e João Goulart. Por meio da diplomacia brasileira e do Consulado em Angola, o Brasil analisou e formulou suas posições a respeito dos primeiros conflitos na África de colonização portuguesa, a saber: em Angola. Também projetou qual seria a melhor forma de governo, caso a independência fosse alcançada. Em síntese, a posição brasileira nesses dois governos, guiada pela Política Externa Independente, foi de apoio à descolonização de Angola sob os parâmetros da Organização das Nações Unidas (ONU).

Palavras-chave: Colonialismo; Guerra de Independência; Brasil; Angola; África Portugal.

A former Portuguese colony in check: Brazil's foreign policy at the dawn of decolonization in Angola

Abstract: In this article, I discuss the debates within Brazilian diplomacy regarding the rapprochement of Brazil with Africa and the ways in which these ties are closer. I emphasize the debates on Brazilian African policy, taking into account the beginning of the wars in Angola, in the respective governments of Jânio Quadros and João Goulart. Through Brazilian diplomacy and the Consulate in Angola, Brazil analyzed and formulated its positions regarding the first conflicts in Africa of Portuguese colonization, namely in Angola. He also projected what would be the best form of government if independence were achieved. In summary, the Brazilian position in these two governments, guided by the Independent Foreign Policy, was to support the decolonization of Angola under the parameters of the United Nations.

Key words: Colonialism; War of Independence; Brazil; Angola; Africa; Portugal.



* TIAGO JOÃO JOSÉ ALVES é Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor da Rede Pública do Estado do Paraná.

Introdução

Em 1960, líderes angolanos propuseram uma mesa redonda com Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo português, para discutir os dilemas das colônias africanas colonizadas por Portugal. Os nacionalistas propuseram uma solução pacífica para o problema, caso isso não ocorresse, o regime salazarista seria responsabilizado. Salazar foi irônico, em declaração no *Diário da Manhã*, afirmou que não criaria “Nem mesa redonda nem mesa quadrada”. Outra tentativa partiu do PAIGC (Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e cabo Verde), em novembro do mesmo ano, salientando que o caráter da luta dependeria dos rumos tomados pelo Estado Novo. Em dezembro, Mário de Andrade, na cidade de Londres, deu o ultimato, afirmando que o recurso passaria a ser a luta armada (CORREIA, 1998, p.363). A insurreição e a revolta foram os caminhos escolhidos. Essas insurgências provocaram a resposta de Portugal, que empreendeu uma ação militar. Numa intervenção no dia 13 de Abril de 1961, depois dos primeiros incidentes em Angola, Salazar determinou a principal tarefa de Portugal – “Para Angola, rapidamente e em força”, e assim iniciava-se a guerra colonial. Posteriormente, os nacionalistas de Moçambique e Guiné-Bissau, também colônias portuguesas, seguiram o mesmo caminho. O Brasil, uma ex-colônia lusitana, viu-se numa encruzilhada: de um lado, o Estado Novo cobrou apoio à manutenção de suas colônias, do outro lado, os nacionalistas exigiram solidariedade à causa independentista. Feita essa breve incursão, pretendo neste artigo problematizar os caminhos percorridos pelo Estado brasileiro na reaproximação com a África e sua postura diante do

processo de descolonização, especificamente de Angola. Tendo como parâmetro os governos de Jânio Quadros e de João Goulart, escolhi a diplomacia como principal vetor da elaboração da política externa brasileira. Considerando que esse foi um espaço privilegiado na execução da postura brasileira internacionalmente, escolhi como fontes documentos oficiais coletados em arquivos do Brasil e de Portugal.

O Brasil, a África e a descolonização de Angola

A formação do Brasil foi assentada na triangularidade. Essa tríade representa o desdobramento da presença histórica e do diálogo do Brasil com três vertentes: a eurocêntrica, a sul-americana e a africana. Da Europa, o Brasil recebeu a colonização e os primeiros projetos de sociedade; da América do Sul a localização geográfica, a influência dos povos indígenas e o papel regional do Brasil na consolidação de suas fronteiras; da África vieram os intercâmbios comerciais e a presença negra que atuou como mão-de-obra e ajudou na formação da brasilidade.

Mesmo que Portugal e o mundo Ocidental tenham exercido maior poder de influência, entre os séculos XV e XIX, a África ajudou a formar a economia e a sociedade brasileira, o intercâmbio populacional e comercial possuía consistência e vitalidade.

A política externa do Brasil viveu um ciclo de regionalização, um desdobramento da formalização das fronteiras, da manutenção da independência, do fortalecimento da república e da busca por soluções aos problemas internos (PENNA FILHO, 2007, p.58-59). Externamente, para acirrar esse distanciamento, em decorrência das negociações para o

reconhecimento de sua Independência, Portugal exigiu que o Brasil se afastasse da África. Secundariamente, com o avanço da colonização europeia, o Continente africano foi isolado do cenário internacional. No panorama doméstico, a memória africana foi praticamente excluída do imaginário brasileiro (FERREIRA, 2013, p.58-59). Teses de “branqueamento” dominaram as ideias das elites brasileiras, interessadas num projeto republicano inspirado no modelo Europeu. Paulatinamente se gestou uma concepção de que a África não tinha história, possuía uma cultura extravagante e estava habitada por selvagens que transmitiam doenças. Além disso, pouco se conhecia sobre o Continente.

A “redescoberta” da África ocorreu quando políticos e intelectuais, nas décadas de 1940/1950, vislumbraram na Ásia e na África novos canais de diálogo para o Brasil¹. Com Jânio Quadros, o Estado alavancou medidas a favor de uma política africana do Brasil, mais sólida e efetiva, por meio da

¹ Bezerra de Menezes, Álvaro Lins, Oswaldo Aranha, Affonso Arinos, San Tiago Dantas, Gilberto Amado, José Honório Rodrigues, Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Tristão de Athayde e Eduardo Portella, entre outros, passaram a defender a retomada da comunicação com o continente africano. Esses personagens não chegaram a criar um bloco, mas, suas opiniões foram escutadas pela opinião pública e pelo poder estatal. Em 1957, na Divisão Política do Itamaraty (DPo), Sérgio Corrêa do Lago elaborou um memorando que deu ênfase na aproximação do Brasil com a África e com a Ásia. O memorando sugeriu dois encaminhamentos – a realização de uma missão para a África e Ásia, por conseguinte, a elaboração de um relatório que pudesse ampliar o conhecimento do Brasil sobre essas regiões. A visita e a coleta de dados e informações, na ótica de Corrêa do Lago, ampliariam as capacidades de elaboração e execução de uma política para a África e para a Ásia.

Política Externa Independente. Ademais de reconhecer a dívida moral do Brasil com o Continente, Quadros seguiu os debates internacionais que incentivavam a autodeterminação dos povos. Alimentou-se a tese de ver na África uma esfera de influência natural do Brasil e um ponto de inflexão da bipolaridade da Guerra Fria. O presidente reforçou a ligação étnica e cultural do Brasil com a África, e que o país deveria tornar-se o elo e a ponte entre o mesmo e o Ocidente.

Com o alvorecer das guerras de independência nacional nas colônias portuguesas, o panorama foi alargado, fazendo com que o Brasil se tornasse alvo de disputas de posições. Enquanto Portugal requeria apoio na manutenção de seu Império Colonial, os movimentos nacionalistas africanos ansiavam pelo apoio do Brasil. A luta pela libertação nacional, nos países de colonização portuguesa, foi inaugurada em Angola, depois se estendendo para Guiné-Bissau e Moçambique. Conforme discute Irene Pimentel, em 1961, três datas simbólicas, e controversas (há uma disputa em torno de qual data melhor representa o *start*), inauguraram a luta (PIMENTEL, 2011).

A primeira delas, em 4 de janeiro, ocorreu na Baixa de Cassange, localizada na província de Malanje. No conflito, o Império português sentiu a ira de trabalhadores das fazendas de algodão da Companhia Geral de Algodões de Angola (COTONANG). Os trabalhadores se recusaram a colher algodão, em resposta aos baixos salários, às duras condições de trabalho e ao peso das imposições coloniais. Em resposta, muitos deles foram assassinados e outros fugiram para o Congo.

Reivindicada pelo MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola), por

seminaristas do Seminário de S. Domingos e integrantes da UPA (União dos Povos de Angola), a segunda revolta ocorreu no dia 4 de fevereiro. Foi uma ousada ação que pretendia libertar os presos independentistas da Cadeia do bairro São Paulo, da cadeia da 7ª esquadra e da Casa de Reclusão, e ainda ocupar a Emissora Oficial de Angola, a Estação dos Correios e a Companhia Indígena, em Luanda. Autoridades portuguesas responderam brutalmente com torturas, prisões, assassinatos e ações vingativas dos brancos contra os negros.

Por fim, no dia 15 de março, impulsionada pela UPA, realizada por integrantes dos povos Bacongo, uma chacina foi realizada contra os colonos brancos no Norte. A revolta se espalhou para Cuanza-norte, Malange, Uíge, Zaire e Luanda. 800 colonos brancos e cerca de 6000 negros que trabalhavam para esses colonos foram assassinados. A hipótese da data escolhida pela UPA está na coincidência com os debates que estavam a ocorrer em Nova Iorque, sobre a condenação do colonialismo português, via proposta da Libéria².

Essas revoltas incitaram uma resposta de Portugal, que empreendeu uma ação militar. Numa intervenção no dia 13 de Abril de 1961, depois dos incidentes, Salazar resumiu a principal tarefa de Portugal – “Para Angola, rapidamente e em força”, era o início de uma longa, onerosa e sangrenta guerra.

Com a eclosão das guerras, a política exterior do Brasil foi pronta: assumiu um caráter anticolonialista e antirracista, tornando evidente a comunhão de interesses com a África e o interesse de expansão e crescimento

² No mesmo dia dos ataques, aprovou-se uma moção do Conselho das Nações Unidas condenando a situação em Angola. Os EUA e a URSS foram favoráveis a proposta da Libéria.

do Brasil. Em um artigo sobre política externa, o presidente Jânio Quadros apontou que o Brasil se equivocou ao apoiar o colonialismo europeu na ONU (Organização das Nações Unidas), durante o governo Juscelino Kubitschek³, reconhecendo os anos de complacência do Itamaraty com Portugal:

Essa atitude – que somente agora começa a desaparecer – deu lugar a uma justificada desconfiança quanto à política brasileira. Círculos mal-informados, excessivamente impressionados com as maneiras de agir européias, contribuíram para um erro que deve ser atribuído mais ao desprezo dos compromissos mais profundos de nosso país do que à malícia política. Nossas relações fraternais com Portugal influíram na complacência demonstrada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil nesse assunto (QUADROS, 1961, p.7-8.)

Para reaproximar o Brasil da África, Quadros estabeleceu um conjunto de medidas, a partir de 1961 ocorreu uma reforma administrativa no Itamaraty que passou a dar maior atenção à África. Esse rearranjo criou a Divisão da África; incluiu nos Relatórios do Itamaraty uma parte exclusiva para os assuntos africanos; formalizou um grupo de trabalho para estudar e avaliar

³ Como afirmou Waldir Rampinelli em suas pesquisas, o período em que Juscelino Kubitschek (1956/1961) governou o Brasil, a política externa brasileira foi de complacência com o império colonial português. Donatello Grieco, ministro do Itamaraty, chegou a dizer que “Tocar em Portugal era tocar no Brasil” (RAMPINELLI, Waldir José. **A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português.** In Lutas Sociais n° 17/18 - 2º sem. 2006 e 1º sem. 2007); RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda:** as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

as condições de abertura de missões diplomáticas e consulares nos novos Estados africanos; conjeturou parcerias econômicas e culturais; criou embaixadas em Gana, Nigéria e Senegal; instituiu consulados em Luanda e Lourenço Marques; Raymundo Souza Dantas foi indicado como o primeiro embaixador negro, em Gana; estabeleceu os Programas de Estudante-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG);

Essa reaproximação veio acompanhada de um discurso “culturalista” que robustecia os laços históricos do Brasil com a África e a importância simbólica/cultural do Continente. Esse discurso fomentava a tese de familiaridade e história em comum. Contudo, esses supostos laços históricos e raízes semelhantes, não atestavam conhecimento palpável e profundo das realidades africanas (LECHINI, 2008, p.58). Essas ponderações não retiram o mérito de Jânio Quadros e da PEI (Política Externa Independente), há um reconhecido esforço focado na reaproximação.

Por volta de 1961, no Brasil, nem todos concordavam com a presença brasileira na África e com o envolvimento do país nos debates sobre a independência das colônias portuguesas. Nessa vertente, discordâncias com as diretrizes de Affonso Arinos de Mello Franco⁴, ministro do Itamaraty, foram expostas pelo cônsul Jorge Kirchhofer Cabral, do Consulado de Roterdã. Kirchhofer

Cabral representou uma voz contrária à aproximação do Brasil com a África⁵.

Num documento, Kirchhofer reconhecia o interesse do governo brasileiro de fincar sua presença na África, mas considerava “inconvenientes” as novas diretrizes do Itamaraty, expondo diversos motivos.

No período em tela, a nova política do Itamaraty para a África Negra partia de três premissas: 1) A posição de relevo do Brasil no cenário internacional, que permitia poder de influência nas decisões da ONU; 2) O desenvolvimento da produção industrial do Brasil, que exigia novos mercados, tendo na África o espaço ideal, por se tratar de um “mercado virgem”; 3) O reconhecimento dos laços culturais do Brasil com os povos africanos e o dever histórico de assistência brasileira àqueles novos Estados.

Kirchhofer apontou falsidade nas três presunções. Primeiro desacreditou que o Brasil tivesse valor econômico, vulto político e riqueza cultural-científica para intervir no cenário internacional. Para ele, a África tinha uma cultura atrasada: “Ritos de macumba, atabaques, balangandans, não constituem símbolos dignos de orgulho de uma nação⁶”.

Em documento preparatório da delegação do Brasil para a XVI Sessão da Assembleia Geral da ONU, Affonso de Arinos de Melo Franco discutiu amplamente a questão angolana. Antes da Assembleia, a diplomacia brasileira chegou a submeter suas opiniões a Portugal, EUA e Inglaterra, enviando

⁴ Affonso Arinos de Mello Franco foi ministro do Ministério das Relações Exteriores (MRE) entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961. Foi sucedido por San Tiago Dantas (8 de setembro de 1961 a 12 de julho de 1962), Affonso Arinos retorna a 12 de julho de 1962, permanecendo até 18 de setembro de 1962.

⁵ Relações diplomáticas com a África negra. N°42, Confidencial. Consulado geral do Brasil, Rotterdam, 25 de março de 1961.

⁶ Relações diplomáticas com a África negra. N°42, Confidencial. Consulado Geral do Brasil, Rotterdam, 25 de março de 1961, p.7. 920.(42)(10)

seu anteprojeto. A reação de Portugal, já esperada pela diplomacia, determinou pelo seguinte: nenhum diálogo transnacional, desinteresse em resolver o problema colonial por fora da força e reconhecimento das colônias enquanto “províncias ultramarinas”⁷.

Affonso Arinos opinou que a autodeterminação dos povos, dentro dos moldes da ONU, constituía um passo importante. Caso o Brasil ficasse ao lado de Portugal, o país teria seu prestígio destruído e não poderia disputar ou conseguir postos de importância na ONU, como no Conselho de Segurança. Affonso Arinos afirmou que a defesa da independência da Angola buscava o bem do Brasil e jamais o mal para Portugal.

Essas foram as diretrizes para a Assembleia: 1) A delegação brasileira não deveria tomar iniciativas; 2) O Brasil deveria seguir EUA e Inglaterra, que apoiavam a evolução da autodeterminação de Angola; 3) Se distanciar das discussões, a não ser que buscassem amenizar paixões, ou defendessem Portugal de “inúteis agravos”; 4) Alinhar a opinião do Brasil junto a jornais, Congresso e TV, mostrando sua posição moderada⁸.

Melo Franco, nesse momento, buscou receber alguns líderes angolanos. Em visita de Mário de Andrade, do MPLA, o líder angolano previu enorme intercâmbio entre Brasil-Angola, depois

que seu país alcançasse a independência. Melo Franco admirou a inteligência do líder, e notou superioridade, quando comparado a Holden Roberto, líder da UPA⁹. Em sua intervenção na Assembleia, o ministro brasileiro advogou em nome da libertação de Angola e da Argélia, afirmando que o Brasil, como antiga colônia, manteria uma conduta anticolonialista e antirracista, mesmo sendo “amigo” de Portugal e da França. Exigiu que os dois países garantissem a autodeterminação e que nada deteria a libertação da África (CORRÊA, 2007, p.154).

Na tônica das relações com a África, o ingresso de produtos industriais brasileiros serviu como fio condutor e compôs um dos principais alvos. Durante o governo Jânio Quadros, o MRE intermediou a presença de empresários brasileiros na África. A Companhia Kirongozi, sediada em São Paulo, solicitou a colaboração do Itamaraty para vender seus produtos nos países africanos e pediu acompanhamento nas concessões e companhias de caça existentes nas “províncias portuguesas ultramarinas” (assim chamadas no documento do MRE)¹⁰. O MRE, prontamente atendeu a solicitação. Jorge Alves de Lima, proprietário da Kirongozi, atuou na África como caçador profissional e

⁷ DNU/DSOc/DAf/600. (38a) Secretaria de Estado das Relações Exteriores, da Delegação do Brasil junto à XVI Sessão da Assembléia Geral da ONU – Nova York, 29 e 30 de março de 1961, A Questão de Angola. Confidencial/Urgente.

⁸ DNU/DSOc/DAf/600. (38a) Secretaria de Estado das Relações Exteriores, da Delegação do Brasil junto à XVI Sessão da Assembléia Geral da ONU – Nova York, 29 e 30 de março de 1961, A Questão de Angola. Confidencial/Urgente, p.4-5.

⁹ DNU/Daf, 604. (04) Secretaria de Estado das Relações Exteriores, da Delegação do Brasil junto à XVI Sessão da Assembléia Geral da ONU – Nova York, 29 e 30 de março de 1961, Confidencial/Urgente. Questão de Angola. Visita do líder angolano Mário de Andrade à Delegação brasileira.

¹⁰ SSE/DAf/840. (88q) (142) 801.23(88q) Carta telegrama nº 19, Colocação de produtos industriais brasileiros na África, 4 de maio de 1962.

empresário, administrando empresas de safari em Moçambique e em Angola¹¹.

No campo da diplomacia brasileira – Francisco Negrão de Lima, embaixador em Portugal de 1959 a 1963, também formulou posições sobre as relações Brasil e África. O embaixador permaneceu em Angola do dia 24 de maio de 1961 ao dia 7 de abril, acompanhado pelo cônsul Frederico Carlos Carnaúba, pelo professor Thiers Martins Moreira e pelo secretário Alberto Vasconcellos da Costa e Silva. A viagem cumpriu uma determinação do ministro das Relações Exteriores e do presidente da República. O périplo passou pelas cidades de Luanda, Nova Lisboa, Robert Williams, Sá da Bandeira, Matala, Moçâmedes, Pôrto Alexandre, Lobito, Benguela, Carmona, Damba e Negage, pelo vale do Queve, pelas obras da barragem de Cambambe e pelas minas de ferro de Cuíma.

No Relatório sobre a viagem foi traçado um panorama geral da situação em Angola. Economicamente, o documento informou que todas as cidades, zonas e obras visitadas representavam grande crescimento econômico. O café, os diamantes, o açúcar e o algodão receberam destaque na economia e proporcionaram o desenvolvimento urbano no país. Segundo o relatório, mesmo nas cidades em guerra ou criadas há poucos anos, isso se constatava. Negrão de Lima afirmou que “nem o presente abandono das casas pelas famílias, nem a apatia do comércio, nem a condição de verdadeira praça de armas conseguem ocultar¹²”. Entretanto, as rebeliões no país causaram o êxodo de famílias para a metrópole, a desvalorização do mercado

imobiliário, a redução das vendas no comércio e a diminuição das exportações.

Ao citar os problemas angolanos, o Relatório apontou descaso do poder público, o que representava uma crítica direta ao governo português. Falta de obras, de alfabetização e de investimentos públicos são apontados como os principais problemas, sendo que as soluções pela metrópole só passaram a ser pensadas na segunda metade da década de 1940. Em compensação, por conta da variedade de solos e climas, e da riqueza mineral e hidroelétrica do país, a diplomacia brasileira via em Angola um “oásis” de grandes possibilidades econômicas. O resultado da miscigenação, apesar do baixo número de colonos brancos, foi outro fator reconhecido pela diplomacia. Muitos imigrantes portugueses, pobres e analfabetos, foram para Angola e passaram a viver os mesmos dilemas da população negra, inclusive morando nos *muceques* (favelas). Com isso, a miscigenação ocorreu. Com a vinda desse contingente de imigrantes, verificou-se concorrência no mercado de trabalho, restando aos negros a possibilidade de ascensão apenas via exército, polícia ou baixo funcionalismo.

Quanto aos mestiços, fruto da primeira geração de portugueses que se instalou no país, o documento apontou que esse seguimento constituía a elite cultural do país. Parte da elite cultural do país criou a Associação dos Naturais de Angola, a Sociedade Cultural e as Ligas Africanas, entidades que agrupavam brancos, mestiços e negros. Interessados em valorizar a cultura africana, todos se reconheciam negros e africanos. Da Associação dos Naturais de Angola, surgiram dois líderes “autonomistas” –

¹¹ Ver: <<http://www.kirongozi.com>> Acesso em 22 de dezembro de 2014.

¹² 600.(88m) Angola, N°226, Confidencial, Lisboa, 20 de junho de 1961, p.2.

Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz¹³.

Sob a premissa de que as condições do terreno para as operações militares clássicas eram adversas, o Relatório vislumbrava uma luta prolongada. O mesmo afirmou que os revoltosos estavam munidos apenas com catanas e armas de fogo primitivas, enquanto as forças do governo possuíam armamento moderno.

Enquanto Adriano Moreira, Ministro do Ultramar, afirmava que o apoio externo para defender Angola era desnecessário, Negrão de Lima sustentou que o contingente militar estava aquém das necessidades. Sua acerca do regime português é curiosa. Por um lado, categoriza-o como um regime autoritário, por outro lado, acredita que o descrédito dado pelo regime aos movimentos populares em Angola, enfraqueceu uma causa que supostamente a maioria da nação se empenharia. Duas constatações que geram dubiedade, Negrão de Lima é crítico do autoritarismo português? Isso não ficou claro. O embaixador apoia uma intervenção patriótica de Portugal em Angola? Essa suposição foi desconstruída mais adiante, quando o embaixador esclareceu que o uso de armas não solucionaria a questão de Angola.

Negrão de Lima concluiu que o atraso na resolução dos conflitos no Norte angolano, provavelmente incitariam novas ondas insurrecionais no sul, no planalto, ou até mesmo, greves, sabotagens, resistências passivas. A respeito de Portugal, prognosticou que a metrópole suportaria o peso da guerra, graças às boas reservas em divisas. Mas, salientou que o comércio exterior

português e a vitalidade estatal estavam comprometidos com a luta em Angola. O enfraquecimento das exportações de algodão e café angolanos, e a diminuição das importações de vinhos e tecidos para Angola, afetaram diretamente a economia portuguesa. Para ele, reformas econômicas e sociais não resolveriam o problema em Angola, para o embaixador, a saída deveria ser política. Afirmou que país estava preparado para a autonomia de seu território.

Para a comissão brasileira, Angola possuía bons portos, excelentes cidades, densidade demográfica, boas estradas, qualidades vitais para a sua autodeterminação. Por isso, a intenção de Portugal, de conservar Angola como uma peça de seu sistema unitário, não possuía sentido, pois em Angola já se forjava como nação. Restava a Portugal duas alternativas: admitir Angola como um “país só de pretos, falando quimbundo e utilizando o francês [...] como idioma culto, ou num país de cultura luso-afro-brasileira, na linha do legítimo interesse de Portugal, do Brasil e da África¹⁴”.

Quanto ao governo, não reconhecia o estabelecimento de um governo da UPA, que expatriasse os brancos e mestiços, tornando de Angola uma “África do Sul às avessas”. Para o embaixador, a saída estava na democratização do território e na preparação, via autonomia e federalização, da independência completa de Angola. Logo, as medidas militares portuguesas não resolveriam o problema angolano. Como resolução brasileira, não se deveria tomar uma atitude definitiva, garantindo um diálogo amistoso com Portugal.

¹³ 600.(88m) Angola, N°226, Confidencial, Lisboa, 20 de junho de 1961.

¹⁴ 600.(88m) Angola, N°226, Confidencial, Lisboa, 20 de junho de 1961, p.18.

Quanto à presença do Brasil em Angola, Negrão de Lima ficou impressionado. Descreveu que líderes de movimentos, como a FUA (Frente de Unidade Angolana) e o MPLA, buscavam exemplos e bebiam de doutrinas brasileiras. Que das obras presentes nos acervos das livrarias angolanas, de 30% a 40% estavam presentes os volumes brasileiros. As revistas brasileiras, mesmo chegando atrasadas no país, estavam entre as mais disputadas nos quiosques. Nas rádios, a música brasileira dominava. Por fim, concluiu que as elites negras, mestiças e brancas em Angola recebiam mais influência da cultura brasileira que da lusitana.

A FUA, cujos líderes fizeram contato e até se reuniram com os representantes brasileiros, representava uma dessas organizações simpáticas com o Brasil. Foi descrita como um grupo plurirracial, próximo das ligas africanas, composta por democratas liberais e socialistas, e muito influenciada pela cultura brasileira. Intelectuais, médicos, advogados, engenheiros, veterinários, dentistas, comerciantes e funcionários, a maioria de angolanos brancos, compunham a FUA. Eles compartilhavam o sentimento de que Angola deveria ser controlada pelos angolanos e que o país possuía mais importância e riqueza quando comparada com a própria metrópole. Dividiam a opinião de existência de uma elite, negra, mestiça e branca, em reais condições de cuidar dos rumos do país.

Como modelo de nação, o Relatório aponta que a FUA desejava transformar Angola num país semelhante ao Brasil, nos moldes de uma nação não-racial, ao garantirem que o país tinha vivido uma verdadeira integração racial. “Novo Brasil” se tornou uma das principais consignas da FUA, muito ecoada por

nativos, filhos e netos de angolanos, simpáticos à FUA. Negrão de Lima relatou que a Frente pretendia estabelecer negociações com a UPA e defender a constituição de uma sociedade não racista, do “tipo Brasil¹⁵”.

A alternativa póstuma da independência de Angola, sustentada por Negrão de Lima, seguia na rota do estabelecimento de uma comunidade afro-luso-brasileira. Para o embaixador, essa comunidade beneficiaria Portugal e Brasil, ao manter laços com o Ocidente, alijando-se propostas radicais baseadas na filosofia da *negritude*. Certamente, Negrão de Lima elucidava uma ascensão do protagonismo brasileiro – com o fim das guerras, o Brasil poderia ocupar um papel proeminente nesses países, substituindo a liderança portuguesa.

Anexo ao Relatório, Francisco Negrão de Lima elaborou um Elucidário que descreveu os principais líderes, movimentos e conceitos que circulavam em Angola. Para não cair numa perspectiva laudatória, não descreverei suas observações. Apenas salientamos que essas informações pretendiam informar as autoridades brasileiras.

Em contrapartida, a receptividade e a expectativa dos movimentos nacionalistas angolanos, com o governo brasileiro, foram constantes. Em 1963, quando da instalação do GRAE (Governo Revolucionário da Angola), seu representante em Argélia, Johnny Eduardo, pediu ajuda do Brasil. Num comunicado remetido a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Johnny Eduardo externou sua preocupação na formação de quadros que coordenariam os rumos de Angola. Levando em consideração os “laços fraternos e

¹⁵ 600.(88m) Angola, Nº226, Confidencial, Lisboa, 20 de junho de 1961.

linguísticos” com o Brasil, estimado como um país “irmão” pelo líder, Johnny Eduardo pediu a liberação de bolsas de ensino secundário e técnico para estudantes angolanos e a realização de uma reunião com o governo brasileiro para tratar de assuntos de comum interesse¹⁶.

As exigências dos movimentos nacionalistas passaram a preocupar o governo brasileiro. Nas atualizações sobre as impressões do Brasil sobre Angola, outro levantamento foi feito pela Divisão da África em 1963, como complemento dos dados de setembro de 1962. João Clemente Baena Soares, chefe da Divisão da África explanou seus entendimentos acerca das decisões que o Brasil deveria tomar.

Sem esperar mudança na intransigência portuguesa, Baena Soares mostrou preocupação no comportamento do Brasil com os movimentos nacionalistas. Para Baena Soares, o país não podia adiar por mais tempo o trato com os independentistas, já que eles começavam a partilhar um sentimento de descrença sobre o Brasil. Isso poderia comprometer a posição do Brasil na África.

Como parte das iniciativas, sugeriu duas medidas - a criação de uma Embaixada em Léopoldville, com o fito de estabelecer contatos diretos com os nacionalistas e acompanhar a corrida dos acontecimentos; e a concessão de bolsas de estudo, com uma ressalva, que elas acontecessem fora de acordos de governo a governo¹⁷.

¹⁶ DEOc/DOP Embaixada do Brasil em Argel, Comunicação do Representante do Governo Revolucionário da Angola (anexo), nº19, confidencial, 3 de outubro de 1963.

¹⁷ DAf/13 600. (88m) Memorandum para o Senhor Secretário Geral Adjunto para AEAf. Observações sobre os movimentos nacionalistas angolanos, 19 de abril de 1963.

Durante o governo João Goulart, Sérgio Corrêa do Lago expressou profunda preocupação com a improvisação e a falta de planejamento em política internacional. Citando os equívocos da Bélgica e da Inglaterra na África, que não evitaram crises políticas-militares, sinalizou o valor de planejar melhor a atuação do Brasil. A capital apreensão de Sérgio Corrêa estava na possibilidade de que Angola poderia alcançar a independência e o Brasil não estaria preparado para lidar com a circunstância. O diplomata alertou que a rede de informações do Brasil em Angola era falha, que os meios humanos e materiais do Consulado eram precários e que faltava melhor planificação. Naquele então, o Brasil propunha a autodeterminação e a independência de Angola por meios gradativos e pacíficos.

A proposta de planejamento partiu de um cunho “culturalista”, Corrêa do Lago salientou o dever histórico, moral e humanitário do Brasil em ajudar outra população de expressão portuguesa, preservando assim a língua e a cultura compartilhada com os angolanos. O valor da “democracia racial” foi outro pilar que embasou o diplomata, que evocou a tradição multirracial e democrática brasileira, sustentando que o mesmo deveria ser cultivado em Angola¹⁸.

Como medidas sustentou: 1) a reestruturação da rede de coleta de informações sobre Angola e a realização de sondagens e de entrevistas em Léopoldville; 2) o aumento das pesquisas e estudos sobre Angola, a

¹⁸ AEAf/DAf 600. (88m) Definição do objetivo nacional permanente, planejamento e execução de política brasileira face a possibilidade de uma Angola independente, ofício nº 30, secreto/urgente, Luanda, 31 de janeiro de 1964. p.1-2.

partir das missões diplomáticas e das repartições consulares de Cairo, Túnis, Argel, Rabat, Dacar, Acra e Lagos (OUA – Organização da Unidade Africana); Washington, Londres, Paris, Bruxelas, Bonn e Roma (OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte); Praga e Havana (ambiente de formação de guerrilheiros); Moscou, Hong-Kong, Tóquio, Taipé, Bangkok e Djakarta (bloc oriental); Lisboa, Madrid, Luanda e Lourenço Marques (esfera local e nacional do empasse); 3) A realização de uma inspeção do Secretário-geral Adjunto para a Europa Ocidental e África a Luanda; 4) Efetivação da Embaixada em Léopoldville; 5) Estabelecimento de diálogo entre a Secretaria de Estado, Embaixada em Lisboa e o Consulado em Luanda; 5) Atualização da biblioteca do Itamaraty relacionada à África;

Nas medidas básicas, esboçou pela: 1) Criação de um objetivo nacional permanente que considerasse o princípio da autodeterminação, da independência e da solução pacífica da controvérsia em Angola. Como parte dessas ponderações, avaliou que o empenho do Brasil deveria impedir que na ONU se aprovassem sanções contra Portugal e que se autorizasse uma intervenção estrangeira em Angola. Quanto ao regime, que poderia existir em Angola, argumentou que ele não poderia – assumir um perfil racista contra os brancos, perseguir e destruir a igreja católica, eliminar a língua e a cultura portuguesas, e expulsar os europeus e mestiços do país. Que o Brasil deveria apoiar um regime autenticamente democrático, unitário e contrário aos choques “tribais”.

Para Corrêa do Lago, a ajuda do Brasil deveria ser pela: contribuição na formação dos quadros profissionais e

administrativos de Angola; assistência técnica; estabelecimento de comunicações; aumento do intercâmbio comercial; e intensa penetração da cultura brasileira em Angola¹⁹. Explicitou-se o Brasil não deveria auxiliar uma operação militar, mesmo que promovida pela ONU, e que as atitudes brasileiras jamais deveriam ser anti-lusitanas.

Quanto às medidas dirigidas ao Consulado brasileiro em Luanda, Sérgio Corrêa apontou que o escritório deveria refinar suas atribuições, com o intuito de gradativamente se formar um núcleo de Missão Diplomática na cidade. Exigiu a vinda de mais funcionários, alertando sobre o acúmulo de trabalho existente na chancelaria. Para clarificar a falta de pessoal, o diplomata fez questão de frisar que ele precisou atravessar a noite para redigir seu documento²⁰.

Sérgio Corrêa procurou demonstrar toda a sua preocupação com o problema em Angola. Ele elucidou duas probabilidades como desfecho – Portugal seria provavelmente atropelado pelo desafio da descolonização, Angola eventualmente se tornaria independente.

¹⁹ AEAf/Daf 600. (88m) Definição do objetivo nacional permanente, planejamento e execução de política brasileira face a possibilidade de uma Angola independente, ofício n° 30, secreto/urgente, Luanda, 31 de janeiro de 1964. p.6-7.

²⁰ Em especial, exigiu a vinda de um diplomata de carreira, um ornitologista-datilógrafo-arquivista, um adido cultural (sugeriu alguém como Vivaldo Costa Lima, do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia), um adido comercial ou economista, um engenheiro industrial, um técnico em administração pública e um médico. AEAf/Daf 600. (88m) Definição do objetivo nacional permanente, planejamento e execução de política brasileira face a possibilidade de uma Angola independente, ofício n° 30, secreto/urgente, Luanda, 31 de janeiro de 1964. p.10-11).

Em sua lucidez, sabia da encruzilhada que se encontrava o Brasil, por isso, levantou propostas cautelosas. Mesmo com encaminhamentos reservados, reconhecia que o desafio lançado ao Brasil, de se posicionar na África, estava em pauta. Foi por isso que advertiu sobre o risco que correria o Brasil, de não reconhecer a grandeza de sua responsabilidade e, por consequência, não elaborar uma saída.

Para ilustrar sua angústia, parafraseou o poeta português Fernando Pessoa: “não perder o que não souberam ter”, Corrêa do Lago lançou seu alerta às autoridades brasileiras. Em política internacional, em sua visão, a improvisação e a falta de planejamento constituíam graves erros. A falta de preparação do Brasil poderia custar vidas humanas, destruição de propriedades, patrimônios e, inclusive, o desprestígio do país, caso incorresse na omissão²¹.

Outro desafio estava lançado para o Brasil, Portugal penetrava num lamaçal sem fim, mas sobrava para o Brasil, uma ex-colônia portuguesa, o imperativo de se dispor sobre a descolonização na África portuguesa. Por ser uma ex-colônia, o Brasil despertou nos nacionalistas africanos a sensação da inevitável solidariedade. Ainda no governo Juscelino Kubitschek, quando o MPLA soube que o presidente brasileiro visitaria Portugal²², o movimento decidiu enviar um telegrama ao presidente. O documento salientou que a garantia de relações amigáveis entre o povo brasileiro e a África livre, dependeria

²¹ AEAf/Daf 600. (88m) Definição do objetivo nacional permanente, planejamento e execução de política brasileira face a possibilidade de uma Angola independente, ofício nº 30, secreto/urgente, Luanda, 31 de janeiro de 1964.

²² JK foi visitou Portugal a convite do governo luso para participar das celebrações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique.

exclusivamente da ausência de apoio do Brasil ao colonialismo português²³. Em 1962, foi a vez de Jango. Um telegrama assinado pelo secretário-geral do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), Amílcar Cabral, denunciou os massacres e as prisões que sofreram os nacionalistas em Guiné-Bissau. O presidente do PAIGC, Rafael Barbosa (Zain Lopes), havia sido preso pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado). No telegrama, o líder africano solicitou do governo brasileiro a tomada de medidas junto ao governo português²⁴.

Conclusão

No ciclo dos governos de Jânio Quadros e João Goulart, em síntese, as análises e posições do Brasil são cautelosas tanto em relação aos movimentos de libertação quanto à ligação com Portugal. Os líderes e guerrilheiros não foram tratados como “terroristas”, a guerra empreendida pelos portugueses, igualmente não foi explicitamente condenada. Para Jerry Dávila, a PEI de Jânio e Jango capitulou às pressões portuguesas, sucumbiu ao mito da democracia racial, se esmoreceu com as investidas do lobby português e do corpo diplomático português. Em outras palavras, não enfrentou a Portugal. Dávila cita a crítica feita por Ciro Freitas Vale, em 1961, dirigida a Afonso Arinos, para endossar as limitações da PEI. Na crítica, Vale se

²³ Relações entre o povo brasileiro e África. Pasta: 07073.131.360. (s.d.), Sem Título, CasaComum.org, Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34239 (2015-3-31).

²⁴ Pedido a João Goulart para se posicionar a respeito de Rafael Barbosa. Pasta: 07070.117.161. PAIGC. (1962), Sem Título, CasaComum.org, Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_37613 (2015-3-31).

queixou da abstenção do Brasil sobre a descolonização de Angola e rejeitou o uso do conceito de “províncias ultramarinas” (DÁVILA, 2011, p.113-115).

Claro, o Brasil preferiu manter uma postura flexível diante das agitações na África. De um lado, para não prejudicar os vínculos de afetividade com a comunidade portuguesa, por outro, para não aventar uma imagem negativa frente às novas nações africanas. De qualquer maneira, apesar de não ter votado contra Portugal nas votações da ONU sobre o colonialismo, o Brasil não votou a favor, gesto que tem um significado de rejeição. Além disso, foi favorável à autodeterminação de Angola sob os moldes da ONU.

Arquivos

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores

Arquivo Histórico-diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Referências

AFONSO, Aniceto; MARTELO, David. **A Guerra De Libertação Em Moçambique**. Disponível em <<http://www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/PDF%20Files/101.pdf>>.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas: 1946 – 2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FERREIRA, Wallace. **Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da “Independência” à “década de 1980”** Universitas Relações Internacionais, Brasília, v. 11, n. 1, p. 57-71, jan./jun. 2013.

LECHINI, Gladys. **O Brasil na África ou a África no Brasil?** A construção da política africana pelo Itamaraty. Nueva Sociedad, out. 2008.

LEME, Rafael Souza Campos de Moraes. **Absurdos e milagres: um estudo sobre a política externa do lusotropicalismo (1930-1960)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

PENNA FILHO, Pio. LESSA, Antônio Carlos Moraes. **O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº39, janeiro-junho de 2007, p.58-59.

PIMENTEL, Irene, 2 de fevereiro de 2011, **O 4 de Fevereiro e o início da guerra colonial**. <Disponível em <http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=47211&op=all>>

QUADROS, Jânio. **Nova Política Externa do Brasil**. In Revista Brasileira de Política Internacional”, ano IV, n.º16. Rio de Janeiro 1961, p.7-8. Disponível em <<http://brasilrepublicano.com.br/fontes/31.pdf>>.

RAMPINELLI, Waldir José. **A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português**. In Lutas Sociais nº 17/18 - 2º sem. 2006 e 1º sem. 2007).

RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

Recebido em 2019-03-11

Publicado em 2019-12-18